

PEREGRINOS DO DESENVOLVIMENTO: conflitos socioambientais, deslocamentos compulsórios e resistências nos casos de instalação de projetos industriais em São Luís e Bacabeira – MA¹

Avanço de investigação em curso

GT – 33: Sociologia do Desenvolvimento

Bartolomeu Rodrigues Mendonça²

Resumo

O presente artigo é resultado das primeiras análises realizadas pelo autor sobre suas investigações no âmbito do curso de doutoramento em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. Apresenta discussões preliminares sobre deslocamento, conflitos ambientais, desenvolvimento e aponta como hipótese de trabalho a existência de uma relação entre os diversos tipos, formas e modos de deslocamentos com os modos de organização das sociedades ditas modernas. Suas observações empíricas se deram em dois casos de construções de empreendimentos privados, a Termelétrica Itaqui e a Refinaria Premium, que deslocaram compulsoriamente perto de duzentas famílias de quatro povoados localizados nos municípios de São Luís, capital do Estado do Maranhão e Bacabeira distantes sessenta quilômetros entre si.

Palavras-chave: Deslocamentos. Conflitos. Desenvolvimento.

Situando o debate

No Brasil e no Maranhão, são inúmeros os casos de conflitos socioambientais envolvendo empresas, Estado e grupos ditos tradicionais, que resultam em importantes impactos na economia, nos sistemas ecológicos e na vida cotidiana das comunidades. Utilizando-se como plano para análise empírica a Usina Termelétrica Itaqui, em São Luís, e da Refinaria Premium I da Petrobrás, em Bacabeira e com o auxílio da teoria sociológica disponível este artigo busca apresentar e analisar os processos de deslocamentos compulsórios combinados com os conflitos socioambientais resultantes da instalação de projetos de desenvolvimento e expõe, para debate, a hipótese de trabalho de que a existe uma relação entre os diversos tipos, formas e modos de deslocamentos com os modos de organização das sociedades ditas modernas.

O Estado do Maranhão abrange 331.937,450 km² de área, com densidade demográfica (hab/km²) de 19,81 e população estimada em 6.574.789, localiza-se na porção nordeste do país, faz fronteira com os estados do Pará, Tocantins e Piauí e é banhado pelo Oceano Atlântico; seu índice de desenvolvimento humano é 0,639, considerado um dos estados mais pobres da federação (IBGE, 2010).

São Luís, capital do Estado do Maranhão, localiza-se em uma Ilha, chamada Ilha do Maranhão que comporta mais três municípios, São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar. Tem população estimada em 1.012 milhões de habitantes (IBGE, 2010).

¹ Artigo apresentado ao XXIX Congresso Latinoamericano de Sociologia – ALAS, Chile, 2013.

² Sociólogo, Professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Coordenador do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA/UFMA), Doutorando em Ciências Sociais / UFMA. E-mail: canapum@gmail.com.

Localizada em São Luís (MA), a cinco quilômetros do Porto do Itaqui, a UTE³ Itaqui é uma usina termelétrica a carvão pulverizado de **360 MW de capacidade instalada** – o suficiente para abastecer, em média, 65% do estado do Maranhão, planejada para operar entre 25 e 30 anos, com custo de cerca de R\$ 1,5 bilhão, projeto financiando pelo banco público BNDES (Banco do Desenvolvimento Econômico e Social) e executado pela MPX, empresa do Grupo EBX, do milionário Eike Batista (www.mpx.com.br).

A UTE Itaqui, que já se encontra em operação, foi construída em área de posse do povoado de Vila Madureira. Ali viviam 85 famílias, tendo a unidade doméstica como forma de organização da produção. A etapa de deslocamento das famílias foi muito tensa, resultando em conflitos internos gerados por posicionamentos da MPX, que, segundo diversos moradores, cujos depoimentos foram registrados por Nogueira (2010), apenas parte das benfeitorias seriam indenizadas, as demais como eram consideradas de pessoas *invasoras* não seriam contempladas.

Segundo Nogueira (2010), as famílias deslocadas foram reassentadas no município de Paço do Lumiar, que fica a 30 km do centro de município de São Luís e a 40 km da comunidade de Vila Madureira, onde se instalou a Termelétrica da MPX.

Outro empreendimento, este em processo de instalação, é a Refinaria Premium I que, para iniciar suas obras, aos moldes da Termelétrica Itaqui, também protagonizou deslocamentos compulsórios de moradores, sendo nesse caso de três povoados.

A Petrobrás, o Ministério de Minas e Energia e o Governo do Estado do Maranhão, em 2009, anunciaram publicamente, através da imprensa maranhense e nacional, a construção da Refinaria Premium I, planejada para ser a maior refinaria já construída na América Latina e uma das maiores do mundo (Sant'ana Júnior et al., 2012, s/p).

Os povoados Baixa do Tiririca, Salva Terra I e II, Vista Alegre e Pode Ser, situados no município de Bacabeira foram alvo de deslocamentos compulsórios, o que gerou impactos irreversíveis nos arranjos sociais dos grupos. Esses impactos são reconhecidos pelo empreendedor no seu EIA-RIMA (FSADU/UFMA, v. 5, p. 32-53), quando afirma que os impactos no meio antrópico, são irreversíveis: interferências e alteração do cotidiano da população; interferências e alterações no uso e ocupação do solo; pressão sobre a infraestrutura de serviços públicos essenciais; aumento do tráfego de veículos; interferências no cotidiano das populações tradicionais (quilombolas e ribeirinhos do rio Itapecuru).

Os estudos sobre a viabilidade de instalação da Refinaria Premium I, da Petrobrás, no município de Bacabeira e da Termelétrica Itaqui, da MPX, em São Luís, constantes do EIA-RIMA (Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente) e o acompanhamento das 08 (oito) audiências públicas consultivas sobre o empreendimento, cinco realizadas no município de São Luís e uma em cada dos demais municípios, Bacabeira, Rosário e Santa Rita, constituíram-se, inicialmente, como trabalho empírico e de análise.

As investigações empíricas de como se deram os arranjos e rearranjos dos modos de vida dos grupos deslocados compulsoriamente em realidades próximas, mas distintas, apontaram pistas para compreender reações e inferir resultados mais ou menos gerais sobre situações nas quais grupos sociais são reassentados em contextos diversos dos quais viviam anteriormente.

Ao operar com a noção de deslocamento compulsório para compreender os casos de São Luís e Bacabeira, nos apoiamos na proposição de Almeida (1996, p. 30), que diz tratar-se de um

³ UTE (Usina Termelétrica).

conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos.

Nos processos de deslocamentos compulsórios, diversas mudanças ocorrem nos modos de vida das famílias atingidas. Suas relações sociais e com o manguê, os brejos, as matas, os quintais como extensão da casa são drasticamente modificadas, o que pode servir de oportunidade de investigação no sentido de levantar questões: como ocorrem as reconfigurações de autoimagens grupais? Como os indivíduos reelaboram suas interrelações? Ocorrem alterações nas percepções de pertencimentos aos novos grupos, embora constituídos com as mesmas pessoas de antes? Como as representações sobre a casa, o quintal, o trabalho, as trocas, a solidariedade se ressignificam? Em que medida as relações diretas com o empreendedor interferem nas interrelações?

Outra questão que surge, de ordem mais ampla, é se os municípios que sediam os projetos de desenvolvimento promotores dos deslocamentos sofrem impacto social, cultural, econômico ou de ordenamento territorial em razão dos processos de deslocamentos compulsórios. A economia do município altera-se de algum modo? O ordenamento territorial sofre transformações, quais? Os órgãos públicos que fornecem atendimento de saúde, educação, segurança, emprego, previdência sofrem alguma influência dos processos de deslocamentos?

A trajetória da sociedade brasileira e, mais recente e especialmente, da Amazônia contemporânea, demonstra que a compreensão dos processos de instalação de projetos de desenvolvimento e de suas consequências socioambientais requer um esforço intensivo no sentido de recuperar como surgiu e quais são os desdobramentos do modelo de desenvolvimento decorrente das investidas dos governos ditatoriais, instalados após o Golpe Militar de 1964, e que contaram com a ativa participação da iniciativa privada, brasileira e internacional, e de grandes agências internacionais de financiamento. Este modelo previa a industrialização e, conseqüente, modernização do país e, concomitante e associadamente, a integração da Amazônia à dinâmica econômica nacional e internacional (Bunker, 1988; Cardoso e Muller, 1977; Sant'ana Júnior, 2004). Como instrumento para garantir a efetivação de seu modelo de desenvolvimento, o governo federal planejou para a Amazônia brasileira a instalação de infraestrutura básica (construção de grandes estradas de rodagem, ferrovias, portos, aeroportos, usinas hidrelétricas) que permitisse a rápida ocupação da região, entendida então como um grande vazio demográfico (D'Incao e Silveira, 1994).

Atualmente, na Amazônia brasileira, grande parte dos projetos de infraestrutura planejados nos governos ditatoriais estão sendo retomados, intensificados e novos projetos e programas são elaborados e implementados, envolvendo agências governamentais e privadas. Mesmo considerando-se todas as mudanças políticas, sociais e econômicas ocorridas desde o final dos anos 1970, no Brasil e internacionalmente, que não permitem que se afirme simplesmente a manutenção daquele modelo de desenvolvimento, existem continuidades e efeitos objetivos dos seus desdobramentos, que promovem intensos impactos sociais e ambientais, dentre eles o acirramento dos conflitos socioambientais e os deslocamentos compulsórios de grupos sociais considerados entraves ao modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado e corporações privadas. Esse modelo, se não conta mais com o poder de repressão assegurado no período ditatorial, utiliza processos de manipulação dos instrumentos normativos, previstos na legislação brasileira (tais como os Relatórios de Impactos Ambientais), e da organização dos grupos sociais atingidos por seus impactos (Mendonça; Rabelo, 2010).

O entendimento, ainda presente, da Amazônia brasileira como um grande vazio demográfico a ser ocupado desconsidera a existência de inúmeros povos e grupos sociais que milenar ou secularmente ocupam a região e aí constituem relações produtivas, sociais e culturais, com características próprias. Esses povos e grupos sociais, em maior ou menor intensidade (o que somente pode ser verificado em cada caso empírico) reagem, enfrentam e propõem alternativas ao modelo de desenvolvimento que os impacta, ou também se incorporam de modo subalterno nos projetos que chegam reivindicando seus territórios.

As reações, em boa parte dos casos, se iniciam como um conflito de caráter social, em torno da posse de territórios (Almeida, 1996) e passam, crescentemente por processos que Leite Lopes (2004) define como “ambientalização dos conflitos sociais”, podendo ser configurados como “conflitos socioambientais”. Estes conflitos podem tanto se manter como “conflitos pelo acesso e uso dos recursos naturais” (em especial pelo controle do território), quanto incorporar a dimensão de “conflitos por distribuição de externalidades”, isto é, conflitos em torno de situações em que “o desenvolvimento de uma atividade comprometa a possibilidade de outras práticas se manterem” (Acselrad, 2004, p. 25).

Os conflitos socioambientais, nos quais os povoados estão envolvidos em uma trama com os empreendedores em parceria com o Estado, são, consoante Acselrad (2004, p. 26),

aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis ... decorrentes do exercício de práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas etc.

Acselrad (2004, p. 7-8) concebe que esses conflitos são decorrentes da própria existência de diferentes projetos de uso e significação dos recursos naturais:

[...] na perspectiva das ciências sociais críticas, não é possível separar a sociedade e seu meio ambiente, pois trata-se de pensar um mundo material socializado e dotado de significados. Os objetos que constituem o “ambiente” não são redutíveis a meras quantidades de matéria e energia, pois eles são culturais e históricos: os rios para as comunidades indígenas não apresentam o mesmo sentido que para as empresas geradoras de hidroeleticidade; a diversidade biológica cultivada pelos pequenos produtores não traduz a mesma lógica que a biodiversidade valorizada por capitais biotecnológicos etc. Por outro lado, todos os objetos do ambiente, todas as práticas sociais desenvolvidas nos territórios e todos os usos e sentidos atribuídos ao meio, interagem e conectam-se material e socialmente através das águas, do solo ou da atmosfera.

Desta forma, os conflitos ambientais classificam-se em duas naturezas: aqueles que comprometem a *durabilidade* ou manutenção das práticas sociais de um dos grupos envolvidos, a exemplo da expansão das monoculturas que vão aos poucos inviabilizando a agricultura familiar; ou aqueles decorrentes da *interatividade*, quando obras impactantes tendem a causar externalidades aos sistemas ecológicos que acabam prejudicando outros grupos. Esta classificação dos conflitos

ambientais pode ser verificada nos casos da Refinaria Premium e da UTE Itaqui (Acselrad, 2004, p. 26).

Na Amazônia Oriental, o Projeto Grande Carajás (Carneiro, 1997; Monteiro, 1997), “concebido para garantir a exploração e comercialização das grandes jazidas de minério localizadas no sudeste do Pará” (Aquino e Sant’ana Júnior, 2009, p. 47) e com consequências em uma grande área de influência e vários ramos de atividade econômica, constituiu-se na expressão mais visível do modelo de desenvolvimento implementado a partir dos governos ditatoriais, que moveu dezenas de povos e grupos classificados como tradicionais, cujas atividades produtivas, modos de vida e forma de apropriação dos sistemas ecológicos divergiam daquelas propostas pelo modelo de desenvolvimento oficial.

No Maranhão, os desdobramentos deste projeto e de outras iniciativas desenvolvimentistas levaram à implantação da infraestrutura necessária para a exploração e/ou escoamento da produção mineral, florestal, agrícola, pecuária e industrial do próprio Maranhão e de estados vizinhos. Desde o final da década de 1970, foram implantados: extensa rede de estradas de rodagem; a Estrada de Ferro Carajás, ligando as minas do sudeste do Pará ao litoral maranhense; o Complexo Portuário de São Luís (formado pelos Portos do Itaqui, da Ponta da Madeira e o da Alumar); a hidrelétrica de Estreito e a UTE Itaqui. Paralelo e associadamente a estas obras de infraestrutura, foram instalados neste mesmo período: oito usinas de processamento de ferro gusa nas margens da Estrada de Ferro Carajás; uma grande indústria de alumina e alumínio (Alumar) e bases para estocagem e processamento industrial de minério de ferro (Vale) na Ilha do Maranhão; um centro de lançamento de artefatos espaciais (Centro de Lançamento de Alcântara – CLA), em Alcântara; projetos de monocultura agrícola no sul e sudeste do estado; projetos de criação de búfalos, na Baixada Maranhense; ampliação da pecuária bovina extensiva, em todo o Maranhão; projetos de carcinicultura, no litoral.

Esse conjunto de iniciativas tem provocado profundos impactos socioambientais, alterando biomas e modos de vida de populações locais (que em muitos casos reivindicam a condição de populações tradicionais), através de reordenamento socioeconômico e espacial. Em boa parte dos casos, verifica-se a existência de conflitos socioambientais combinados com os deslocamentos compulsórios promovidos por ações estatais ou privadas ou ambas; e, em outros se criam condições sociais, ambientais, econômicas totalmente desfavoráveis que levaram à fuga dos grupos atingidos.

Nos impactos de projetos de desenvolvimento observam-se o confronto de lógicas diferenciadas de apropriação do ambiente, seja dos grupos sociais atingidos, seja dos grupos que gerenciam os grandes projetos de desenvolvimento ou daqueles que se aliam aos mesmos, conduzindo esse cenário de disputas para “conflitos ambientais”, que envolvem diferentes formas de significação do modo de vida, a partir das diferentes categorias, representações e atores sociais que neles buscam legitimidade (Acselrad, 2004).

No Maranhão, conflitos socioambientais combinados com deslocamentos compulsórios se configuram desde o início dos anos 1980 e continuam a surgir novos, na medida em que as características impactantes do modelo de desenvolvimento dominante permanecem, mesmo que discursivamente amenizadas, por exemplo, através da incorporação de noções como desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental. No momento em que a discussão da questão ambiental toma uma crescente importância no cenário internacional, estes conflitos exigem que sejam ampliados os estudos sobre impactos socioambientais e suas consequências (Scotto; Carvalho; Guimarães, 2007).

O GEDMMA (Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e meio Ambiente) em diversos trabalhos acadêmicos (Mendonça, 2006; Sant’ana Júnior et al., 2009; GEDMMA, 2009; Nogueira, 2010), acumulou informações e compreensões sobre os conflitos socioambientais resultantes da implementação das ações do modelo de desenvolvimento planejado pelo Estado para o País, com ênfase nos desdobramentos no Estado do Maranhão.

Noções sobre os conflitos sociais que tratam da significação, apropriação, uso, disputas de territórios e sistemas ecológicos são largamente apresentados por diversas produções acadêmicas. Os estudos e análises de autores como Martínez Alier (2007), Leite Lopes (2006) e Acselrad (2004), Zhouri, (2005, 2010) têm, resguardadas suas peculiaridades, tratado de questões acadêmicas que buscam aprimorar conceitos e categorias capazes de desvendar o que se convencionou chamar de questão ambiental.

As populações locais constituem um modo de vida peculiar (cultura, sociabilidade, trabalho), em grande medida adaptado às condições ecológicas, predominando economia polivalente, ou seja, agricultura, pesca, extrativismo, artesanato, com um calendário sazonal anual, conforme os recursos naturais explorados, normalmente, sob o regime familiar de organização do trabalho (Almeida e Cunha, 2001; Little, 2002; Sant’anna, 2003; Andrade; Souza Filho, 2006; Sá, 2007; Alves; Sant’ana Júnior e Mendonça, 2007). Esses modos de vida são confrontados historicamente com a expansão dos projetos de desenvolvimento planejados e operados tanto pelo Estado quanto por iniciativas privadas e que resultam em fortes conflitos por controle de territórios e usos dos sistemas ecológicos.

Leite Lopes (2004, p. 34-36) utiliza-se do neologismo “ambientalização” para apresentar uma análise do processo histórico dos conflitos sociais, em que o meio ambiente apresenta-se como uma nova questão social, uma nova questão pública, política. Assim, a questão ambiental torna-se arena de reivindicações e/ou contestações pelos diferentes sujeitos e grupos sociais, constituindo-se como base importante na afirmação de comportamentos e de discursos, tanto dos grupos econômicos e industriais quanto daqueles que resistem ou são incorporados na nova lógica produtiva.

Em grande medida, os grupos sociais que mais sofrem com as mudanças nos seus hábitos, costumes, modos e meios de vida são aqueles que operam com lógicas de organização doméstica e da produção distintas daquelas impostas pelos empreendimentos industriais ou monocultores; processos estudados pela literatura, como Cândido (1987) e Gistelínck (1988). Trabalhos como os de Diegues (1996) e Almeida e Cunha (2001), resguardadas suas diferentes abordagens, trazem importantes contribuições para a compreensão teórica de grupos sociais identificados ou autoidentificados como populações tradicionais, descrevendo características que nos possibilitam utilizar teoricamente essa categoria em nossas pesquisas empíricas.

Almeida e Cunha (2001) mostram como vários grupos de pescadores, lavradores, seringueiros, indígenas, quilombolas passaram a reivindicar a condição de tradicionais como estratégia de garantia legal de permanência e defesa dos seus territórios ocupados ancestralmente e manutenção das suas práticas produtivas, culturais, sociais; podendo, também, em outras situações, servir de meios para negociar nas economias de mercado, às quais estão cada vez mais interligados, mesmo em condições desiguais, com o propósito de obter algum benefício da relação.

[...] a categoria de “populações tradicionais” é ocupada por sujeitos políticos que estão dispostos a conferir-lhe substância, isto é, que estão dispostos a constituir um pacto: comprometer-se a uma série de práticas, em troca de algum tipo de benefício e sobretudo de direitos territoriais (Almeida; Cunha, 2001, p. 192).

Nessas negociações entre os grupos sociais tradicionais e o Estado, como também com gestores dos projetos de desenvolvimento, concorrem lógicas confrontantes, que podem resultar em rearranjos territoriais, mudanças nos modos e meios de vida resultantes dos deslocamentos compulsórios para instalação dos parques industriais ou campos monocultores.

Esses chamados projetos de desenvolvimento, cujas lógicas se confrontam com diversos grupos sociais tradicionais, baseiam-se em grande medida na noção de desenvolvimento que é herdada do

campo de conhecimento biomédico. Assim como um organismo biológico passa por etapas necessárias durante sua vida até alcançar a maturidade, as sociedades subdesenvolvidas, também, deveriam desenvolver-se e atingir o patamar daquelas civilizadas, cuja referência seria o modelo estadunidense, que iria exportar tecnologia e ciência aos países ditos pobres, subdesenvolvidos, a fim de lhes garantir aumento na produção (Esteba, 2000, p. 64-65).

O desenvolvimento não consegue se desassociar das palavras com as quais foi criado: crescimento, evolução, maturação... A palavra sempre tem um sentido de mudança favorável, de um passo de simples para o complexo, do inferior para o superior, do pior para o melhor. Indica que estamos progredindo porque estamos avançando segundo uma lei universal necessária e inevitável, e na direção de uma meta desejável.

[...] para dois terços da população mundial esse significado positivo da palavra ‘desenvolvimento’ – profundamente enraizado dois séculos depois de sua construção social – é um lembrete daquilo que eles não são. Faz com que se lembrem de uma condição indesejável e indigna. Para escapar dessa condição, precisam escravizar-se a experiências e sonho alheios.

Os projetos de industrialização com base nessa noção de desenvolvimento trazem consigo algo de messiânico, redentor das condições de atraso dos grupos sociais tradicionais. Caso não aceitem, seriam considerados ainda muito imaturos, ignorantes para compreender quão bom são os prováveis resultados desses projetos. Em alguns casos, há uso de força estatal para garantir a continuidade dos projetos, como podemos citar a construção da usina de Belo Monte, PA e a de Estreito, MA.

Diversos casos empíricos de projetos de desenvolvimento podem ser consultados na literatura, os quais constatarem estratégias diversas tanto da parte do Estado e dos empreendedores em consolidar seus projetos, como dos grupos locais que resistem ou negociam como se darão os deslocamentos, as perdas territoriais. Os deslocamentos de quilombolas em Alcântara para construção do Centro de Lançamento da Alcântara (Andrade; Souza Filho, 2006; Almeida, 2006); de diversos grupos sociais para construção da infraestrutura ferroviária e portuária e das fábricas da Vale e ALUMAR em São Luís (Gistelinck, 1988; Ferreira, 1997; Adriance, 1996); dos moradores de Vila Madureira, para construção da UTE Itaqui (GEDMMA, 2009; Nogueira, 2010); dos conflitos e deslocamentos de povoados em Bacabeira para construção da Refinaria Premium I da Petrobrás (Sant’ana Júnior et al., 2012; Mendonça; Rabelo, 2010).

Os deslocados de São Luís e de Bacabeira: a UTE Itaqui e Refinaria Premium

A tradição de conflitos ambientais por controle de território e de deslocamentos de povos e grupos tradicionais em São Luís é larga espacial e temporalmente, remonta a sua fundação colonial no ano de 1612, quando as terras dos povos nativos foram expropriadas e apropriadas pelos portugueses colonizadores para construção da sede administrativa. De La para cá, vias de acesso foram construídas, casas e mercados erguidos, áreas de monocultivo agropecuário foram abertas, sempre avançando sobre os territórios dos povos nativos.

Passados séculos de usos múltiplos do território de São Luís, pelos grupos de colonizadores e pelos povos e grupos tradicionais nativos ou secularmente originados dessa relação, o espaço geopolítico passa a se caracterizar estratificado em centro urbano economicamente próspero, ordenado protegido pelo estado e periferia habitada por grupos desprovidos de qualquer assistência estatal. É nessa periferia, geopoliticamente construída, que o Estado em conluio com os investidores privados

atuam há séculos em investidas para expropriar os territórios e desestabilizar as organizações, os modos e os meios de vida dos grupos que historicamente se reproduzem material e simbolicamente mesmo com a ausência de serviços públicos básicos como saúde, educação, segurança.

Diversos pesquisadores (Gistelinck, 1988; Ferreira, 1997; Adriance, 1996, Mendonça, 2006) têm, nos últimos anos, estudado as investidas estatais combinadas com a iniciativa privada em controlar, expropriar e se apropriar dos territórios dos grupos tradicionais em São Luís, deslocamentos compulsórios, de toda sorte, ocorreram para construção de campus de universidades, indústrias das mais diversas, de portos, rodovias, ferrovias, linhas de transmissão de energia elétrica, dutos de canalização de água.

Gistelinck (1988, p. 31-32), destaca que:

[O] processo de ocupação habitacional da Ilha de São Luís [...] tem sua história marcada por fatores importantes. No fim da década de 60, para fins de urbanização da cidade, mais de 1.800 famílias pobres foram transferidas do centro para uma área, próxima ao Porto do Itaqui, o atual bairro do Anjo da Guarda, com muitas promessas, mas em condições precárias, sem casa, sem transporte e longe do trabalho. Quase vinte anos depois, o atual governo ainda está enfrentando o problema da legalização desses terrenos, enquanto a área de ocupação cresceu para mais de 16.000 famílias.

Em 1974, o governo estadual entregou, na mesma área, mais de 3.000 ha à CRVD, inclusive a praia do Boqueirão, a praia dos pescadores e do povo do Anjo da Guarda, sem resolver, no entanto, os problemas habitacionais para os moradores da área. Cinco anos depois, mais de 10.000 ha, entre Maracanã e Estiva foram entregues à ALUMAR. Em torno de 4.000 famílias perderam, de um dia para o outro, o seu sustento da roça e da pesca. Nos dois casos, as famílias foram indenizadas pelas benfeitorias, muitas vezes de maneira arbitrária, mas não foram criadas novas condições de trabalho, adaptadas à capacidade da população.

Gistelinck (1988, p. 103), ainda destaca que Estado tem dado prioridade aos projetos de desenvolvimento ao atuar na legalização do uso espacial da Ilha, como no caso dos incentivos para instalação da fábrica de alumínio da ALUMAR⁴.

Uma segunda observação refere-se ao terreno ocupado em São Luís. São 10.000ha, doados pelo governo estadual em 1980, um quinto da ilha de São Luís! Além de questionar o fato de uma fábrica de alumínio precisa de tanta área, questiona-se sobretudo a irresponsabilidade do governo em ceder essa imensa área da ilha, enquanto a sociedade maranhense se manifestou veementemente contra. Na ilha de São Luís, com uma superfície de 504 Km², 190 Km² são reservados para a industrialização. Desses 190 Km², 100 Km² são da Alumar, 22 Km² da CVRD, 35 Km² reservados para a implantação da siderurgia e o resto para outras indústrias. Na nossa opinião, é preciso rever essa situação, enquanto há tempo. Deveria se reservar mais áreas para

⁴ “A Alumar é um consórcio, formado pelas empresas Alcoa do Brasil S.A e Billiton Metais S.A., com participações diferenciadas segundo as fases de implantação” (GISTELINCK, 1988, p. 100).

residências e para a horticultura. O espaço disponível é exatamente grande parte da área da Alumar.

Essa área de terra destinada à industrialização na Ilha do Maranhão, que corresponde a quase metade do seu território, foi ampliada no ano de 2005 em aproximadamente 20 Km² (Mendonça, 2006). É nessa área de expansão que se construiu a UTE Itaqui e se pretende instalar mais um terminal portuário da Suzano Celulose e o terminal de tancagem da Refinaria Premium.

Os 210 Km² de área destinados à instalação de projetos industriais, além das áreas reivindicadas pela indústria da construção civil têm sido palco de inúmeras disputas entre os grupos residentes e os representantes dos empreendedores e do estado.

Somando os deslocamentos compulsórios desde a oficialização, por parte do governo do estado, dos projetos de industrialização e urbanização da Ilha do Maranhão, identificados em diversos trabalhos empíricos (GISTELINCK, 1988; FERREIRA, 1997; ADRIANCE, 1996; Mendonça, 2006; Nogueira, 2010), são milhares de famílias que foram obrigadas a deixar seus territórios, seus modos e meios de vida. Além dos deslocamentos efetivados, Mendonça (2006, p. 60), ao pesquisar as investidas da Vale e do governo do estado em construir um complexo siderúrgico de três usinas, deu conta de 14.380 pessoas seriam deslocadas se o empreendimento fosse efetivado, como não se viabilizou, o que restou à população foram expectativas de emprego e melhoria na qualidade de vida.

O caso mais recente de deslocamento compulsório de populações para fins de instalação de empreendimentos industriais foi o da UTE Itaqui, que deslocou oitenta e cinco famílias, que conforme Nogueira (2010, p. 61):

apesar das características apontadas e de todos os sistemas de relações sociais e culturais construídas em torno do lugar, tais fatores não foram suficientes para garantir a sua manutenção na área. Desse modo, os antigos moradores da Vila Madureira foram remanejados para um novo lugar, no sonho de encontrar melhores condições de vida na Vila Residencial Nova Canaã, que como o significado bíblico do termo interpreta “a terra prometida”. É como se as famílias vivessem no deserto, na falta de recursos materiais, em condições sub-humanas e que com o deslocamento compulsório chegariam à redenção, à terra prometida, onde corre “leite e mel”.

As pesquisas sobre os processos de deslocamentos compulsórios têm demonstrado que, em regra, as famílias, os grupos ou povos deslocados são caracterizados como carentes da atuação mínima do estado no que tange serviços como saúde, educação, segurança, trabalho e renda. A situação de desprovisionamento de mínimos vitais e desprestígio social, político, econômico a que essas pessoas são submetidas tem servido como justificativa em aceitar as propostas de deslocamentos, ou a pouca capacidade de resistência por parte daqueles que não aceitam a situação de ser deslocado.

O caso de Vila Madureira, povoado de onde as famílias foram deslocadas para instalação da UTE Itaqui, a expectativa de melhoria na qualidade de vida e de reconhecimento social foram fatores importantes no convencimento dos moradores.

Tabela 1. Síntese dos acordos firmados entre empresa e comunidade

Benefícios Individuais	Benefícios Coletivos
Reembolso da produção agrícola, segundo avaliação patrimonial rural	Construção de uma escola com 5 salas de aulas, biblioteca, cantina, sala de professores e administração
Casa de 57 m ² em terreno de 250 m ²	Construção campo de futebol
Bens móveis (televisão, geladeira, fogão, botijão de gás, liquidificador e computador)	Construção de uma praça com espaço com brinquedos para as crianças
Área de 6 ha para a produção agrícola comunitária para aqueles que não possuem área agrícola na Vila Madureira	Construção de duas igrejas protestantes e uma católica
Projeto de Desenvolvimento Agrícola com acompanhamento pelo período de 3 (três) anos, contemplando preparo do solo, fornecimento de insumos agrícola para projetos coletivos, assistência técnica e capacitação em produção	Melhoria do aparelhamento de saúde
Escritura pública para os imóveis na área urbana e rural.	Capacitação de mão obra em convenio com o SENAI

Fonte: Nogueira (2010, p. 48).

Pela tabela apresentada por Nogueira (2010, p. 48), sobre o “programa de reassentamento da comunidade de Vila Madureira”, é fácil perceber que a negociação, o convencimento das famílias para o deslocamento de suas casas se deu com base em “benefícios individuais e coletivos” mínimos, como direito à moradia, ao trabalho, à educação, à saúde e ao lazer.

A equação apresentada pela empresa e pelo governo era muito simples, ou a manutenção o território ancestralmente ocupado pelos moradores que mantinham relação de parentesco, de festividades, de trocas com as vizinhanças, mas sem qualquer serviço básico oferecido pelo estado ou o deslocamento com a promessa desses serviços mínimos. É evidente que não era tão simples assim, porque as famílias iram sair de qualquer modo, afinal o decreto de utilidade pública já havia sido assinado e cedo ou tarde, com ou sem benefícios, as famílias seriam deslocadas.

A “terra prometida” parece que se transmutou em deserto, Nogueira (2010, p. 61-63) afirma que:

na terra prometida, os moradores ainda não provaram do sabor do leite e do doce do mel. Todas as promessas feitas pela empresa ainda não foram efetivadas e relatam algumas situações vivenciadas um tanto adversas, conforme pudemos constatar nas idas a campo e nas conversas informais com alguns moradores.

Durante a nossa participação no Seminário de Apresentação e Avaliação dos Programas Básicos Ambientais da MPX, no dia 12 de março de 2010 [...] As principais reclamações dos moradores, mapeadas nesta ocasião e em outros momentos, foi a carência de transporte público para a comunidade, pois estes disputam lugar no único ônibus da linha destinada a Vila do Povo, o que já foi

motivo de constrangimento para alguns moradores. Além da falta de policiamento e iluminação pública, mas a principal reclamação tratava-se das condições de saúde, com a ausência de um posto de saúde na comunidade. Alguns relataram que os filhos estavam constantemente sujeitos a poeira, a exposição ao sol e a animais soltos, que com a ausência de sombras e a poeira a pracinha não era adequada ao lazer dos filhos.

Reclamaram da horta comunitária, que na ocasião de nossa visita aparentava está descuidada e abandonada; uma moradora nos relatou que ninguém tinha mais paciência para colocar água na horta. Reclamaram, também, da ausência de feiras e supermercados no local, quando precisam fazer compras vão ao bairro Maiobão, porque a feira prometida pela empresa, local onde os moradores iriam comercializar os produtos da produção agrícola, apesar de construída, ainda não funciona. Falaram de uma empresa de pinche, que se localiza nos fundos do residencial e que emite poluição e não traz benefícios para a comunidade, uma vez que esta se recusara a fazer o asfaltamento do residencial, o que ocorreu, segundo os moradores, devido à recusa que tiveram na solicitação da utilização da água do poço que abastece o residencial. Recusa que se deve a insuficiência deste para o abastecimento inclusive do próprio residencial. Por fim, relataram que as pessoas que trabalham na escola do residencial, sob administração da prefeitura de Paço do Lumiar, estavam com o pagamento atrasado.

Pode-se observar que as mesmas demandas que os deslocados faziam e que utilizaram para negociar com o governo e com o empreendedor para deixar o território, aparecem nas reclamações listadas por Nogueira (2010), já no assentamento prometido, situações de insegurança, falta de acesso à saúde, à educação; os deslocados reassentados, permanecem, social e politicamente, deslocados.

No caso do empreendimento em Bacabeira, seguindo o planejamento da Petrobrás, a construção Refinaria Premium I cumpre seus primeiros estágios, ocupa uma “área de 20 Km² do recém criado Distrito Industrial de Bacabeira (DIBAC), município vizinho a São Luís, capital do estado do Maranhão. O investimento total previsto é de 19 bilhões e oitocentos mil dólares” (Sant’ana Júnior et al, 2012, p. 4).

O governo do estado, ao negociar a Petrobras a instalação da Refinaria Premium I em Bacabeira, deu garantias de que a área estava pronta para ser utilizada, fazendo entender que não era utilizada por nenhum grupo. Apenas quando a empresa começou a fazer os estudos de impacto ambiental é que constatou a presença de comunidades tradicionais como pescadores ribeirinhos, quilombolas, além de sítios arqueológicos (FSADU/UFMA, 2009).

Em relatos colhidos nos trabalhos de campo, moradores afirmaram que representantes da Secretaria de Indústria e Comércio, a fim de deixar a “área limpa” para a construção do empreendimento queriam transferir as famílias de um dos povoados para um galpão até que o residencial de reassentamento estivesse pronto (Mendonça, Rabelo, 2010).

Assim como os deslocamentos dos moradores de Vila Madureira se deram mediante negociações com as expectativas das pessoas que viviam sem a presença dos serviços públicos básicos, também em Bacabeira os argumentos foram parecidos. O Estado, por intermédio da Secretaria de Indústria e Comércio, ofereceu um residencial para as famílias que seriam deslocadas, casas mobiliadas.

O processo de deslocamento das famílias dos povoados, no município de Bacabeira, para o residencial está em fase de consolidação, um primeira tentativa frustrada ocorreu em função de a área

onde fora construída as casas ter sido inundada com as fortes precipitações do período chuvoso. Mas já se observa que as famílias foram proibidas de trabalhar a terra, plantar, colher, os trabalhos de terraplenagem já iniciaram e há bastante reclamação sobre os impactos na vida cotidianas dos moradores, principalmente no que concerne à saúde.

Hipótese de trabalho sobre “deslocamento”

A literatura sociológica clássica e contemporânea (Durkheim, 2001; Weber, 1999; Fernandes, 1973; Tönnies, 1973; Bauman, 1999, 2003; Giddens, 1991) tem analisado a humanidade historicamente situada em primitiva e moderna, bárbara e civilizada, organizada em comunidade ou sociedade e aponta como parâmetro de classificação, entre outros, a capacidade de movimento, de mudança, de transformação, de adaptação, espacial, social, cultural, institucional. Sendo assim, as sociedades, povos ou grupos com uma modesta capacidade de mudança, de movimento, de transformação seriam classificadas como sendo tradicionais, primitivas; já aquelas que se movimentam, se transformam, se adaptam social e espacialmente com maior rapidez e maleabilidade seriam entendidas como modernas civilizadas. Daí convencionou-se o par conceitual, comunidade (estática, com pouca ou nenhuma estratificação, quase sem nenhuma divisão social do trabalho) e sociedade (dinâmica, estratificada, com importante divisão social do trabalho).

Para efeito dessa análise, deslocamento, mudança, mobilidade, transformação são aqui compreendidos como conceitos que ultrapassam a espacialidade, que operam no âmbito social, político, cultural, institucional e até no sistema de produção e circulação do conhecimento.

Seria, como afirma Bauman (1999, p. 16), “no mundo do pós-guerra espacial, a **mobilidade** tornou-se o **fator de estratificação** mais poderoso e mais cobiçado, a matéria de que são feitas e refeitas diariamente as novas hierarquias sociais, políticas, econômicas e culturais em escala cada vez mais mundial”.

A mobilidade como capacidade de adaptação, de deslocamento espacial e simbólico, afinal é pouco provável que ocorra mobilidade espacial sem que haja, na mesma ou em alguma medida uma mobilidade simbólica.

Ora, se for verdade que a era moderna (ou pós moderna, como alguns preferem) é marcada pelo movimento, pela mudança, pela adaptabilidade, maleabilidade, pelo deslocamento, descentramento de sujeitos e grupos, então pode-se afirmar que não é qualquer movimento, deslocamento espacial ou simbólico que trará status elevado, prestígio, reconhecimento social aos indivíduos que se movimentam, que se deslocam. Mas há uma hierarquia do movimento, do deslocamento e, mais, não basta ser maleável e está disposto, disponível ao deslocamento, faz-se necessário ter o controle dos meios, das formas, das ferramentas que conduzem o deslocamento, o movimento.

Se o paradigma, o fator de estratificação social está da mobilidade, na maleabilidade na capacidade de adaptabilidade, então todos se colocam para o movimento, para o deslocamento, mas apenas alguns governam, em alguma medida, o curso do deslocamento, do movimento.

Os deslocados compulsoriamente dos projetos de desenvolvimento de São Luís, de Bacabeira, de Alcântara, como de outros locais em qualquer parte, se colocam como modernos, civilizados, prontos e dispostos para o movimento, para o deslocamento, mas não tem a capacidade política, econômica, social para se autoconduzirem, se automobilizarem, se autodeslocarem.

O colocar-se de bom grado à disposição incessante do movimento, do deslocamento, da fluidez, da adaptabilidade, da maleabilidade como ideal de homem moderno, civilizado, competitivo, centrado, educado, livre é, segundo minha hipótese, a forma mais atual de controle do homem pelo próprio homem.

A despeito de não ser possível indicar qualquer tempo histórico de grupos humanos que se tenha vivido de modo estática espacial e simbolicamente. O deslocamento, entendido nos termos do movimento, da adaptabilidade, da maleabilidade, do sempre novo e renovado, é em nossos tempos o que funda o ideal hegemônico de homem e de sociedade.

Referência

- Acselrad, H. (Org.) (2004). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll.
- Acselrad, H. HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Orgs.) (2004). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford.
- ADRIANCE, M. C (1996). **Terra prometida**: as comunidades eclesiais de base e os conflitos rurais. São Paulo: Paulinas.
- Almeida, A. W. B. de (1996). **Refugiados do desenvolvimento**: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. In: **Travessia**. maio/agosto.
- Almeida, A. W. B. de (2006). **Os quilombos e a base de lançamento de foguetes de Alcântara**. Brasília: Edições Ibama..
- Almeida, M. W. B. de e Cunha, M. C. Da (2001). Populações tradicionais e conservação ambiental. In: Capobianco, João Paulo Ribeiro, *et.al.* (org.) **Biodiversidade na Amazônia Brasileira**: avaliação e ações prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, p. 92-107.
- Alves, E. de J. P.; Sant'ana Júnior, H. A.; Mendonça, R. B (2007). Projetos de Desenvolvimento, Impactos Sócio-Ambientais e a Reserva Extrativista do Taim. In: **Ciências Humanas em Revista**. Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas. São Luís,. v. 5 Número Especial. Semestral. p. 29-40.
- Andrade, M. de P.; Souza Filho, B (orgs.) (2006). **Fome de farinha**: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara. São Luís: EDUFMA.
- Aquino, M. J. S. e SANT'ANNA JÚNIOR, H. A (2009). Ferro, “Canga”, Mangue: conservação ambiental e exploração mineral na Amazônia brasileira. In: FERRETTI, S. F. e Ramalho, J. R. **Amazônia**: desenvolvimento, meio ambiente e diversidade sociocultural. São Luís: EDUFMA.
- Bauman, Z (1999). **Globalização**. As conseqüências Humanas. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bauman, Z. (2003). **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bhabha, H. K (1998). **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila *et al.* Belo Horizonte: Ed. da UFMG.
- BUNKER, S. G (1988). **Underdeveloping the Amazon**; Extraction, Unequal Exchange, and the Failure of the Modern State. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1988.
- Cândido, A (1987). **Os parceiros do rio bonito**: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Livraria duas cidades ltda.
- Cardoso, F. H (1989). Estado e empreendimentos guseiros no Programa Grande Carajás. In: castro E. e MARIN, R. A. (Orgs.). **Amazônias em tempo de transição**. Belém: UFPA/NAEA/ARNI/CELA, p. 151-192.
- Cardoso, F. H.; MÜLLER, G (1977). **Amazônia**: expansão do capitalismo. São Paulo: Brasiliense.
- Carneiro, M. D. S (1997). Do latifúndio agropecuário à empresa latifundiária carvoeira. In: Coelho, M. C. N. e Costa, R. G. (Orgs.). **10 anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém: UFPA/NAEA, p. 223-250.
- Castro, Edna e Pinton, Florence (Orgs.). **Faces do trópico úmido**: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: CEJUP: UFPA-NAEA, 1997.

- D'Incao, M. A.; Silveira (1994), I. M. da. **A Amazônia e a crise de modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.
- Diegues, A. C (1996). **O mito moderno da Natureza intocada**. São Paulo: Editora Hucitec.
- Durkheim, E (2001). **As regras do método sociológico**. (Trd. Pietro Nasseti). São Paulo: Martin Claret, 2001.
- Escobar, A (1996). **La invención del tercer Mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo**. Barcelona, Grupo Editorial Norma.
- Esteva, G. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (Editor). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 59-83.
- Fernandes, F. (1973). **Comunidade e sociologia: leitura sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Editora Nacional e Editora USP.
- Ferreira, N (1997). **A implantação da alumar e o deslocamento de famílias camponesas: expropriação e relocação em vila coquilho**. Curso de Ciências Sociais, São Luís: UFMA. Monografia de graduado. Brasil.
- FSADU/UFMA (2009). **Refinaria Premium I: Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA)**. São Luís: Fundação Sôsândrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA / Universidade Federal do Maranhão.
- Garzon, L. F. N (2010). Financiamento público ao desenvolvimento: enclave político e enclaves econômicos. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 71 – 100.
- GEDMMA (2009). **Relatório de pesquisa de campo: Vila Madureira e Camboa dos Frades**. GEDMMA/UFMA, São Luís. Não publicado.
- GEERTZ, C (1998). **O saber local**. Petrópolis: Vozes.
- Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade*; tradução de Raul Fiker. – São Paulo: UNESP.
- Gistelinck, F (1988). **Carajás: usinas e favelas**. São Luís: Minerva.
- Ianni, O (1979). **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). **Censo demográfico 2010**.
- Leff, E (2001). La insoportable levedad de la globalización de la naturaleza y las estrategias fatales de la sustentabilidad. In: **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, vol. 7, nº 1 (ene.-abr.). p. 149-160.
- Leite Lopes, J. S. (Coord.) (2004). **A “ambientalização” dos conflitos sociais; participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política/UFRJ.
- Little, P. E (2007). **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade**. 2002. Disponível em: http://www.unb.br/ics/dan/serie_antro.htm. Acessado em: 29/08/2007.
- MARTÍNEZ ALIER, J (2007). **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração**. Trad. Maurício WALDMAN. São Paulo: Contexto.
- Mendonça, B (2006). **Cajueiro: entre as durezas da vida e do ferro, no tempo do aço**. São Luis – MA, monografia do Curso de Ciências Sociais – UFMA.
- Mendonça, B.; Rabelo, B. (2010). Refinaria Premium: para quem? **Vias de Fato: jornalismo a serviço da causa popular**. São Luís, Mar. 2010, Ano 02, Nº 06. p. 4. (<http://www.viasdefato.jor.br>).
- Monteiro, M (1997). A siderurgia e a produção de carvão vegetal no corredor da Estrada de Ferro Carajás. In: COELHO, M. C. N. e COTA, R. G. (Orgs.). **10 anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém: UFPA/NAEA, p. 183-222.

- Nogueira, P. M (2010). **Projetos de desenvolvimento e conflitos socioambientais em São Luís-MA:** O caso da instalação de uma usina termelétrica. São Luís – MA. Monografia do Curso de Serviço Social não publicada, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Maranhão, Brasil.
- Paula, J. A. de (2010). Crise econômica e reiteração do capitalismo dependente no Brasil. In: In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais:** fronteiras da acumulação no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 9 – 38.
- Porto-Gonçalves, C. W (2005a). **Amazônia, Amazônia.** 2ª ed. São Paulo: Contexto.
- Porto-Gonçalves, C. W(2005b). **Os (dês) caminhos do meio ambiente.** 12ª ed. São Paulo: Contexto.
- Sá, L. M (2007). **O pão da terra:** propriedade comunal e campesinato livre na Baixada Ocidental maranhense. São Luís: EDUFMA.
- Sachs, W. (editor) (2000). **Dicionário do desenvolvimento:** guia para o conhecimento como poder. Trad. Vera Lúcia M JOSCELYNE, Susana de GYALOKAY e Jaime A. CLASEN. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sant’ana Júnior, H. A. de [et al.] (2012). **Refinaria premium: presença da petrobrás no maranhão.** In: FÓRUM DOS AFETADOS PELA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E PETROQUÍMICA DA BAIÁ DE GUANABARA (org.). **50 anos da refinaria Duque de Caxias e expansão da indústria petrolífera no Brasil:** conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e expansão da indústria petrolífera no Brasil. Rio de Janeiro: FASE, 2012. No prelo.
- Sant’ana Júnior, H. A. de [et al.] (2012). **Refinaria premium: presença da petrobrás no maranhão.** In: FÓRUM DOS AFETADOS PELA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E PETROQUÍMICA DA BAIÁ DE GUANABARA (org.). **50 anos da refinaria Duque de Caxias e expansão da indústria petrolífera no Brasil:** conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e expansão da indústria petrolífera no Brasil. Rio de Janeiro: FASE, No prelo.
- Sant’ana Júnior, H. A.; Pereira, M. J. F.; Alves, E. J. P.; Pereira, C. R. A (orgs.). **Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim.** São Luís: EDUFMA, 2009.
- Sant’ana Júnior, H. A (2004). **Florestania:** a saga acreana e os Povos da Floresta. Rio Branco-AC, EDUFAC.
- Santos, B. de S. (Org.) (2005). **Semear outras soluções:** os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Scotto, G.; Carvalho, I. C. de M; Guimarães, L. B (2007). **Desenvolvimento sustentável.** Petrópolis, RJ: Vozes.
- Simmel, G. **Sociologia.** E. Moraes Filho (Org.) (1983). São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais.
- Tönnies, F. (1973). Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: Fernandes, Florestan. (org.). **Comunidade e sociedade:** leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP.
- Viola Recasens, Andreu (2000). **Antropologia del desarrollo;** Teorias y estudios etnográficos en américa Latina. Barcelona-Buenos Aires-México, Paidós.
- Weber, M. (1999). **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva; tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Brasília, DF : Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- www.mpx.com.br (Consultado em 18/03/2011).
- Zhour, A.; Laschefska, K. (Org.) (2010). **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Zhour, A.; Laschefska, K.; Pereira, D. B. (Org.) (2005). **A insustentável leveza da política ambiental – desenvolvimento e conflitos socioambientais.** Belo Horizonte: Autêntica.